



PODER

Preocupação é baixar a fervura da crise do IOF

No Fórum de Lisboa, representantes dos Três Poderes buscam construir pontes para evitar que situação se torne incontornável

» ANA MARIA CAMPOS
Enviada especial

Fotos: Mariana Campos/CB/D.A Press

Lisboa — Pelo menos nos pronunciamentos, o clima entre os políticos e magistrados presentes no auditório da reitoria da Universidade de Lisboa, ontem, era de amenizar a crise política que se instalou no Brasil, no embate sobre o aumento do Imposto Sobre Movimentações Financeiras (IOF). O XIII Fórum de Lisboa reuniu na capital portuguesa parte dos possíveis bombeiros da turbulência: o presidente da Câmara, Hugo Mota (Republicanos-PB), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o decano da Corte e anfitrião do evento, ministro Gilmar Mendes, e o vice-presidente do Senado, Eduardo Gomes (PL-TO) — que representou o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AC).

Antes do início dos debates, Moraes conversou com os senadores Ciro Nogueira (PP-PI), Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Eduardo Gomes (PL-TO). Também participou do bate-papo o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU). Ao participar da abertura, o presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, defendeu um grande movimento de pacificação do país, colocando a estrutura da entidade para rodar o país em busca de equilíbrio nas relações políticas (**entenda mais na reportagem abaixo**).

Em conversa com jornalistas, Gilmar falou sobre a crise do IOF e sustentou que o Fórum de Lisboa pode ser uma oportunidade para que o diálogo entre os Poderes seja restabelecido. “Haverá um diálogo institucional e espero que haja uma pausa para reflexão, uma pausa para meditação e aqui se construa uma solução”, afirmou.

Sintoma

Para o decano do STF, a crise do IOF é um sintoma, não a doença. “Precisamos tratar da doença — a falta de diálogo, a falta de coordenação. Isso aqui é apenas a ponta de um iceberg de uma crise. Precisamos resolver e debelar a crise”, destacou, em entrevista aos jornalistas que acompanham o Fórum.

A crise do IOF ganhou forma depois que o Congresso derrubou,



Hugo Motta e Gilmar Mendes no Fórum: busca pelo consenso para não piorar uma crise institucional, que pode arrastar os Três Poderes



Moraes com senadores e o ministro Bruno Dantas: força do diálogo

na semana passada, o decreto presidencial que aumentou o imposto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva subiu o tom, disse que o Congresso o estava impedindo de

governar e judicializou a questão.

A Advocacia-Geral da União (AGU) impetrou uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 96) contestando a decisão

do Congresso. O dispositivo jurídico tem o propósito de restaurar os efeitos do Decreto 12.499, de 2025, que alterou as alíquotas IOF.

O ministro da AGU, Jorge Messias, afirmou há dois dias que os deputados e senadores estavam invadindo a competência do Executivo. Presente ao Fórum de Lisboa, ele adotou um tom mais conciliador ontem. Chamou os presidentes da Câmara, Hugo Mota, e do Senado, Davi Alcolumbre, de amigos do país e lembrou que foram parlamentares quem levaram primeiro a discussão sobre o IOF para o STF.

Dever

“O que nós fizemos foi, simplesmente, cumprir um dever da Advocacia-Geral da União. Não temos como nos deparar com uma situação de insegurança jurídica, e insegurança nas relações tributárias envolvendo a administração e o contribuinte, e ficarmos inertes”, disse.

Messias acrescentou: “Da minha parte, da parte da AGU e, principalmente, do presidente Lula, nunca vai faltar disposição para o diálogo, para construção de soluções jurídicas e políticas que sejam em benefício da sociedade brasileira”.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, também se referiu a uma possível conciliação. “A questão jurídica é a seguinte: quem pode estabelecer as alíquotas do IOF, seja em termos de percentuais, seja no que diz respeito ao setor que vai ser tributado. É o Congresso Nacional ou é o Poder Executivo?”, pontuou. “É uma questão jurídica de cunho constitucional e quem vai decidir isso é a Suprema Corte brasileira. Pode ser até que haja uma conciliação, porque a nossa Constituição e a legislação processual preveem uma conciliação quando há disputas de grande dificuldade. Eu não vejo nenhum problema porque não há confronto”, disse.



Precisamos tratar da doença — a falta de diálogo, a falta de coordenação. Isso aqui é apenas a ponta de um iceberg de uma crise. Precisamos resolver e debelar a crise”

Ministro Gilmar Mendes sobre a crise do IOF

“O que nós fizemos foi, simplesmente, cumprir um dever da Advocacia-Geral da União. Não temos como nos deparar com uma situação de insegurança jurídica, e insegurança nas relações tributárias envolvendo a administração e o contribuinte, e ficarmos inertes”

Ministro Jorge Messias, da AGU, explicando a razão do recurso ao STF

“A questão jurídica é a seguinte: quem pode estabelecer as alíquotas do IOF, seja em termos de percentuais, seja no que diz respeito ao setor que vai ser tributado. É o Congresso Nacional ou é o Poder Executivo?”

Ministro Ricardo Lewandowski, da Justiça, indicando a saída pela conciliação

Presidente da OAB propõe pacto de pacificação

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, defendeu, ontem, um grande pacto nacional para a pacificação do país. Ele esteve na mesa de abertura do XIII Fórum de Lisboa, em que estão sendo discutidos temas como direito, democracia e sustentabilidade na era da inteligência.

Simonetti explicou que a OAB tem condições de liderar um movimento para unir o país. “Estou propondo a união da classe política com a classe jurídica, da sociedade civil, de todas as entidades que representam a sociedade a partir de uma capilaridade que a Ordem dos Advogados tem. Somos 1,4 milhão de advogados, mais de 1,2 mil subseções, e levar o mesmo discurso

de pacificação do Brasil por onde passarmos”, propôs.

O presidente da OAB se manifestou em meio ao embate entre o governo e o Congresso em relação ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva subiu o tom, disse que o Congresso o estava impedindo de

Secessão

Já o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), ao participar do Fórum de Lisboa, voltou a se apresentar como pré-candidato à Presidência da República e partiu para o ataque a Lula, a quem se referiu como despreparado para governar o país e destemperado.

Caiado disse que Lula ataca o Congresso e instalou uma “guerra de secessão” no Brasil. “(Lula está) taxando o Congresso Nacional de inimigo do povo. É, realmente, um processo de querer desconhecer as regras da democracia. Se pede que haja uma harmonia entre os Poderes, mas você tem que respeitar a harmonia entre os Poderes. Falta ao presidente realmente sentar para trabalhar”, atacou.

O governador de Goiás disse que gostaria de ter o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro para concorrer à Presidência em 2026, mas será candidato em qualquer situação. “Primeiro turno é momento de debates. A convergência é no segundo turno. O nome dele (Bolsonaro) é um nome nacional. Fora ele, todos estamos na mesma

situação. Serei candidato mesmo se Tarcísio (Gomes de Freitas, governador de São Paulo) for candidato”, frisou.

Caiado é um dos governadores que participam do Fórum de Lisboa, que neste ano aborda o tema “O mundo em transformação — Direito, Democracia e Sustentabilidade na Era Inteligente”. O evento reúne até sexta-feira autoridades públicas, acadêmicos, juristas e representantes do setor privado do Brasil, Portugal e Estados Unidos. Entre os governadores confirmados estão, também, Tarcísio, Claudio Castro (Rio de Janeiro), Mauro Mendes (Mato Grosso), Helder Barbalho (Pará), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Wanderley Barbosa (Tocantins) e Rafael Fonteles (Piauí). (AMC)



Simonetti: capilaridade da OAB a favor do diálogo entre contrários



Caiado afirmou que gostaria de ter apoio de Bolsonaro em 2026